

Publicado primeiramente in *Filosofia do Direito e o Tempo*. Estudos em Homenagem ao Professor Nuno M. M. S. Coelho. Cleyson de Moraes Mello e Luciana Maciel Braga (Coordenação Geral). Juiz de Fora (MG): Editar, 2011, pp. 25-30.

## ACÇÃO E PENSAMENTO EM HANNAH ARENDT

*Theresa Calvet de Magalhães\**

Para Hannah Arendt, o fio de nossa tradição, considerada como uma história contínua, só foi rompido com o advento do totalitarismo como uma nova forma de governo que, segundo ela, não pode ser compreendida mediante as categorias do pensamento tradicional e cujos crimes “não podem ser julgados por padrões morais tradicionais, ou punidos dentro da existente estrutura legal de uma civilização cuja pedra angular jurídica tinha sido o mandamento *Não matarás*”.<sup>1</sup> O totalitarismo como um *evento* – “o evento central de nossa época” – tornou a ruptura em nossa tradição um fato consumado (*fait accompli*).<sup>2</sup> Essa ruptura é no entanto o que permite a Hannah Arendt considerar de novo, sem o fardo e a orientação da nossa tradição do pensamento político<sup>3</sup>, a ação e a atividade política.

Somos *do mundo*, pertencemos a um mundo comum, um mundo que se apresenta em seus inúmeros aspectos à pluralidade humana, um mundo no qual ser e aparecer coincidem, e é no seu seio que aparecemos uns aos outros *qua* homens. Os homens podem

---

\* *Docteur* em *Sciences Politiques et Sociales* pela UCL (*Université Catholique de Louvain*); Professora aposentada da UFMG (FAFICH- Departamento de Filosofia); Pós-doutorado em Filosofia Contemporânea (*Institut Supérieur de Philosophie – UCL*); Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito da UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos) em Juiz de Fora (MG).

1. H. Arendt, “Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought” [1953], *Social Research*, Vol. 69, N. 2 (2002), p. 281. Ver H. Arendt, “Tradition and the Modern Age” [1954], *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*. New York: Viking Press, 1968 (2ª edição), p. 26.

2. H. Arendt, “Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought”, pp. 281-282.

3. Para a nossa tradição do pensamento político, ver H. Arendt, “Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought”, *Social Research*, Vol. 69, N. 2 (2002), pp. 312-318; “Philosophy and Politics” [1954], *Social Research*, Vol. 57, N. I (1990), pp. 72-103; e “Tradition and the Modern Age”, *Between Past and Future* (1968), pp. 17-40.

viver sem trabalhar, e podem decidir simplesmente usar o mundo das coisas e desfrutar esse mundo sem lhe acrescentar um só objeto útil, mas uma vida sem ação e sem fala não é mais uma vida humana porque ela já não é vivida entre os homens.<sup>4</sup> “Viver juntos no mundo” e “falar dele com os outros” são no fundo uma e a mesma coisa.<sup>5</sup>

A vida, em seu sentido *não-biológico*, ou o lapso de tempo concedido a cada homem entre o nascimento e a morte, se manifesta na ação e na fala.<sup>6</sup> Com a palavra e o ato, dizia Arendt, “nós nos inserimos no mundo humano, e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato bruto de nosso aparecimento físico original” (HC, p. 157). Não nos é imposta, como o trabalho, pela necessidade, nem é incitada pela utilidade, como a obra, e embora possa ser estimulada pela presença de outros em cuja companhia talvez desejamos estar, esta inserção nunca é condicionada pelos outros; seu impulso, escreve Arendt, “surge do começo que entrou no mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa” (HC, p. 157).

Se a *ação*, enquanto *começo*, é para Arendt a *atualização* da condição humana da *natalidade* –“Agir, no seu sentido mais geral, significa tomar uma iniciativa, começar (...) colocar alguma coisa em movimento. Porque eles são *initium*, recém-chegados e novadores em virtude de seu nascimento, os homens tomam iniciativas, eles são impelidos a agir” (HC, p. 157)–, a *fala* é a *atualização* da condição humana da *pluralidade*, isto é, “de viver como um ser distinto e único entre iguais” (HC, p. 158).<sup>7</sup> A *pluralidade humana*, condição básica da ação e da fala, possui o duplo caráter da *igualdade* e da *distinção*<sup>8</sup> e, favorece, assim, a *unicidade* em vez de destruí-la. A ação e a fala *revelam* essa unicidade: “Ao agirem e ao falarem, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais

---

4. Ver H. Arendt, *The Human Condition* [HC]. Chicago: University of Chicago Press, 1958, p. 157.

5. Ver H. Arendt, *Was ist Politik?* [1955-1959]. Ursula Ludz (ed.). München: Piper, 1993 (tradução francesa de Sylvie Courtine-Denamy: *Qu'est-ce que la politique?*, Paris: Seuil, 1995, p. 92).

6. Ver HC, p. 153. Ver também H. Arendt, “Labor, Work, Action” [1957, 1964], tradução francesa de Danielle Lories: “Travail, Oeuvre, Action”, *Études Phénoménologiques*, N. 2 (1985), pp. 20-21.

7. Ver H. Arendt, “Labor, Work, Action”, trad. fr., p. 21; *On Revolution* [1963], New York: Viking Press, 1965, p. 175; e *The Life of the Mind*. Volume 1: *Thinking* [LM1]. Mary McCarthy (ed.). New York: Harcourt, Inc., 1978 [1977], pp. 19, 74.

8. A distinção humana (*human distinctness*), tal como Arendt a entende, não se confunde com a qualidade de ser diferente ou o “ser-outro” (*otherness*), ou seja, com “essa curiosa qualidade de *alteritas* fruída por tudo que é” (HC, p. 156). Ver H. Arendt, “Labor, Work, Action”, trad. fr., p. 21.

únicas, e assim aparecem [*make their appearance*] no mundo humano” (HC, p. 159).<sup>9</sup> Em seu sentido estrito, a ação é para Arendt o modo pelo qual os homens revelam quem eles são a outros que acolhem esse aparecer e também revelam quem eles são. Para isso a fala é indispensável:

“A ação muda não seria mais ação porque não haveria mais um ator, e o ator, o agente de atos, só é possível se ele é ao mesmo tempo o falante de palavras. A ação que ele começa é humanamente revelada pela palavra, e embora o seu ato possa ser percebido em sua aparência física bruta sem acompanhamento verbal, ele só se torna relevante através da palavra dita na qual ele se identifica como o ator, anunciando o que ele faz, o que fez, e o que ele tem a intenção de fazer.” (HC, pp. 158-159).<sup>10</sup>

É óbvio, contudo, que a afinidade entre fala e revelação é muito mais íntima que a afinidade da ação com a revelação.

#### **O ESPAÇO DE VISIBILIDADE PÚBLICA – A PLURALIDADE HUMANA**

A ação se desdobra num espaço de *visibilidade pública* onde ela expõe sua teia de relações. Ser privado deste espaço comum e público, um espaço “onde eu apareço aos outros como os outros aparecem a mim, onde os homens existem não meramente como outras coisas vivas ou inanimadas, mas fazem explicitamente seu aparecimento”, dizia Arendt, “significa ser privado de realidade” (HC, p. 178).<sup>11</sup> Para sua realidade e existência contínua, “todo o mundo factual dos assuntos humanos depende, primeiro, da presença de outros que tenham visto e ouvido e que lembrarão, e, em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas” (HC, p. 83).

O termo *público* indicava, para Arendt, dois fenômenos estreitamente ligados um ao outro, mas não totalmente idênticos. Este termo significa, primeiro, “que tudo aquilo que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior publicidade possível” (HC, p. 45) e, em segundo lugar, o termo público “indica o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e se distingue do lugar que nele possuímos a título privado [*our privately owned place in it*]” (HC, p. 48). Este mundo está ligado não apenas ao artefato

---

9. Ver LM1, p. 22.

10. Ver H. Arendt, “Labor, Work, Action”, trad. fr., p. 22.

11. Para os homens, dizia Arendt, “a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato que ele [o mundo] aparece a todos” (HC, p. 178).

humano, ao artifício humano, mas também “aos assuntos que ocorrem entre aqueles que habitam o mundo feito pelo homem”. “Viver juntos no mundo” significa essencialmente para Arendt “que um mundo de coisas está entre aqueles que têm esse mundo em comum, como uma mesa está situada entre os que se sentam ao seu redor”; e como todo espaço-entre (*in-between*), dizia ela, “o mundo ao mesmo tempo liga e separa os homens” (HC, p. 49). Considerado, então, como *o mundo comum*, o domínio público “nos congrega [*gathers us together*] mas também nos impede, por assim dizer, de cair uns sobre os outros” (HC, p. 48).

A ação não apenas tem uma relação muito íntima com a parte pública do mundo que é comum a todos nós, mas ela é a única atividade que *constitui* esse espaço: “a ação e a fala criam um espaço entre os participantes que pode encontrar sua localização própria quase em qualquer tempo e em qualquer lugar” (HC, p. 177). O espaço público é, para Arendt, “o espaço da aparência [*Erscheinungsraum*] no sentido mais amplo desta palavra, ou seja, o espaço onde eu apareço aos outros como os outros aparecem a mim, onde os homens (...) fazem explicitamente seu aparecimento” (HC, p. 177). Para os homens, dizia ela, o que aparece (“algo que é visto e ouvido por outros e também por nós mesmos”) constitui a realidade (HC, p. 45). No domínio dos assuntos humanos, portanto, “ser e aparecer são de fato uma e a mesma coisa”.<sup>12</sup> Ou seja, nesse mundo comum, *ser e aparecer coincidem*, e justamente porque coincidem, nada do que é (do que aparece) é estritamente singular, mas é sempre oferecido aos olhares de vários espectadores.<sup>13</sup> Estes espectadores, no plural, são também oferecidos em espetáculo, dizia Taminiaux, “são ao mesmo tempo capazes de perceber e percebidos. *Em vez de ser no mundo, eles são do mundo*”.<sup>14</sup> A realidade do domínio público depende, assim, “da presença simultânea de inúmeras perspectivas e de inúmeros aspectos nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado” (HC, p. 52). A conclusão de Arendt: “O mundo comum acaba quando é visto apenas sob um aspecto e é permitido apenas que ele se apresente em uma só perspectiva” (HC, p. 53).<sup>15</sup>

---

12. H. Arendt, *On Revolution*, p. 98.

13. Ver LM1, p. 19.

14. J. Taminiaux, *La fille de Thrace et le penseur professionnel. Arendt et Heidegger*. Paris: Payot, 1992, p. 161.

15. Para a noção de mundo em Arendt, ver E. Tassin, “La question de l'apparence”, *Politique et pensée*. Colloque Hannah Arendt (1988). Paris: Payot, 1997, pp. 71-77.

Embora todos os aspectos da condição humana estejam relacionados de algum modo com a política, insiste Arendt, a *pluralidade humana* é especificamente a condição (“não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam*”) de toda vida política (HC, pp. 9-10). A língua dos romanos, “talvez o povo mais político que conhecemos”, recordava aqui Arendt, usava como sinônimas as palavras “viver” e “estar entre os homens” (*inter homines esse*), aparecer entre os homens, e “morrer” e “deixar de estar entre os homens” (*inter homines esse desinere*), desaparecer (HC, p.10).<sup>16</sup> Na sua forma mais elementar, dizia ela, a pluralidade “está implícita até mesmo no *Gênese* (“Macho e fêmea Ele os criou”))” (HC, p. 10).

#### **A ATIVIDADE DE PENSAR EM UM MUNDO DE APARÊNCIAS: PENSAR, JULGAR, AGIR**

Considerada por Arendt a partir do espaço de *visibilidade pública* onde aparecemos uns aos outros, a característica principal das diferentes atividades mentais é a sua *invisibilidade*: “Propriamente falando, elas nunca aparecem, embora elas se manifestem ao ego que pensa, quer ou julga, que tem ciência de estar ativo [*which is aware of being active*], embora não tenha a habilidade ou a incitação para aparecer como tal.” (LM1, p. 71). Se considerarmos então toda a escala das atividades humanas do ponto de vista da aparência, dizia Arendt, “encontramos muitos graus de manifestação” (LM1, p. 72). Nem a atividade do trabalho, nem a fabricação, segundo ela, “requerem a exposição da própria atividade; somente a ação e a fala necessitam de um espaço da aparência (...) para de algum modo se realizar. Mas nenhuma dessas atividades é invisível.” (LM1, p. 72).

Se, para Arendt, a pluralidade é uma das condições existenciais básicas da vida humana na Terra, “estar sozinho [*to be by myself*] e ter relações consigo mesmo [*to have intercourse with myself*]” é, dizia ela, “a característica mais importante da vida da mente” (LM1, p. 74). No que diz respeito à mente, “podemos dizer que ela tem uma vida própria apenas na medida em que ela atualiza essa relação na qual, existencialmente falando, a pluralidade é

---

16. Ver LM1, p. 74; ver também H. Arendt, *Lectures on Kant's Political Philosophy*. Ronald Beiner (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1982, p. 23.

*reduzida à dualidade* [grifos nossos] que o fato e a palavra “consciência” [“*consciousness*”], ou *syneidenai* –conhecer comigo mesmo [to know with myself]–, já implicam” (LM1, p. 74).<sup>17</sup>

Por sua natureza *reflexiva*, todas as atividades mentais testemunham uma *dualidade* inerente à consciência:

“(…) o agente mental só pode ser ativo agindo, implícita ou explicitamente, de volta sobre si mesmo. (...) Todo *cogitare*, não importa qual seja seu objeto, é também um *cogito me cogitare*, toda volição um *volo me velle*, e mesmo o juízo só é possível, como observou Montesquieu, por um “*retour secret sur moi-même*”.” (LM1, pp. 74-75).

Para Arendt, as atividades mentais, e especialmente o pensar (“o diálogo sem som do eu consigo mesmo” ou “o diálogo do dois-em-um”), podem ser consideradas como “a atualização da dualidade originária ou da cisão entre eu e mim mesmo que é inerente a toda consciência” (LM1, p. 75). Mas esse simples estar ciente de si mesmo (*sheer self-awareness*) não é uma atividade: “ao acompanhar todas as outras atividades, ele é a garantia de um eu-sou-eu completamente silencioso” (LM1, p. 75). Ou seja, antes de se atualizar na solidão, a consciência consegue no máximo apenas perceber ou sentir a identidade (*sameness*) do eu-sou, que garante, dizia Arendt retomando aqui Kant, “a continuidade idêntica de um eu [*a self*] através do diverso das representações, das experiências e das memórias de uma vida”; e, nesse sentido, como o “eu penso” de Kant, a consciência enquanto tal expressa “o ato de determinar a minha existência” (LM1, p. 74).

O estado existencial no qual faço companhia a mim mesmo foi chamado por Arendt de *solidão* (*solitude*), e não se confunde com o *desamparo* (*loneliness*) “no qual também estou só, mas agora abandonado não apenas de companhia humana como também de minha própria companhia possível” (LM1, p. 74). A solidão já tinha sido concebida por Arendt no seu ensaio “Ideologie und Terror” (publicado em 1953) como um modo de estar só, necessário para a atividade de pensar:

“Todo pensar, estritamente falando, é feito na solidão e é um diálogo entre eu e mim mesmo; mas este diálogo do dois-em-um não perde contato com o mundo dos meus semelhantes porque eles são representados no eu [*self*] com quem estabeleço o diálogo do pensamento. O problema da solidão é que este

---

17. Ver H. Arendt, “Thinking and Moral Considerations” [1971], *Responsability and Judgment*. Jerome Kohn (ed.). New York: Schocken Books, 2003, pp. 160-161.

dois-em-um precisa dos outros para voltar a ser um de novo: um indivíduo imutável cuja identidade nunca pode ser confundida com a de qualquer outro. (...)”<sup>18</sup>

No primeiro volume, *Thinking*, da obra *The Life of the Mind*, o dismantelamento da tradição filosófica operado por Arendt consiste em situar o pensamento em relação ao mundo comum em que os homens interagem. Ela não reivindica aqui para o pensamento nenhum privilégio exclusivo. O pensador *pertence* ao mundo comum das aparências, e a retirada necessária à atividade de pensar *não* pode cortar essa ligação.

Mas a esfera da pluralidade humana não é simplesmente, para Arendt, “uma extensão do dual eu-e-eu-mesmo a um Nós plural”. E, nesse sentido, a *ação*, “em que um Nós está sempre engajado em mudar nosso mundo comum”, escreve Arendt, forma o contraste mais agudo possível com a atividade solitária do *pensamento*, “que opera em um diálogo entre eu e mim mesmo”.<sup>19</sup> Esse diálogo pode, em circunstâncias excepcionais, estender-se a um outro, dizia ela, “mas jamais pode alcançar o Nós, o verdadeiro plural da ação”, que surge em toda parte onde os homens vivem juntos (LM2, p. 200).<sup>20</sup> A pluralidade humana, dizia ainda Arendt, “é dividida em um grande número de unidades”, e é somente como um membro de uma tal unidade, segundo ela, isto é, como um membro de uma comunidade, “que os homens estão prontos para a ação.” (LM2, p. 201). O único traço comum a todas essas formas da pluralidade humana, para Arendt, “é simplesmente sua gênese, isto é, que em algum momento no tempo e por alguma razão, um grupo de pessoas deva ter começado a se reconhecer como um “Nós”. (...), e nada parece mais envolvido em escuridão e mistério do que esse “No começar” (...).” (LM2, p. 202).

---

18. H. Arendt, *The Origins of Totalitarianism* [1951], New York, Harcourt, Brace & World, 1966 (3ª edição), p. 476. Ver também HC, p. 67; LM1, pp. 179-193; “Philosophy and Politics” [1954], *Social Research*, Vol. 57, N. I (1990), pp. 85-86; “What Is Freedom?” [1958, 1960], *Between Past and Future*, p. 158.

19. H. Arendt, *The Life of the Mind*. Volume 2: *Willing* [LM2]. New York: Harcourt, Inc., 1978 [1977], p. 200.

20. “(Um erro muito freqüente entre os filósofos modernos que insistem na importância da comunicação como garantia de verdade – particularmente Karl Jaspers e Martin Buber com sua filosofia do Eu-Tu – é acreditar que a intimidade do diálogo, a “ação interna” na qual eu “apelo” a mim mesmo ou ao “outro eu”, o amigo em Aristóteles, o amado [*Geliebter*] em Jaspers, o Tu em Buber, possa estender-se e tornar-se paradigmática para a esfera política.)” (LM2, p. 200).

Em “Some Questions of Moral Philosophy” (1965-1966), Arendt afirma mais uma vez que pensamento e contemplação não são a mesma coisa, que não podemos confundir pensamento com ação<sup>21</sup>, e insiste que *atividade* e *ação* não são a mesma coisa:

“E o pensamento, em contraposição à contemplação, com a qual é muito freqüentemente equiparado, é realmente uma *atividade* (...). Mas atividade e ação não são a mesma coisa, e o resultado da atividade de pensar é uma espécie de subproduto com respeito à própria atividade. (...) A principal distinção, politicamente falando, entre Pensamento e Ação reside em que estou apenas com o meu próprio eu ou com o eu de outra pessoa, quando estou pensando, ao passo que estou na companhia de muitos assim que começo a agir”.<sup>22</sup>

Se, para Arendt, o *pensar* (e pensar não significa *conhecer*) sempre aguarda uma reconciliação com o sentido (o pensar é antes de tudo *busca de sentido*; o conhecimento visa a verdade)<sup>23</sup>, podemos então concluir que o efeito catártico que ele provoca<sup>24</sup> aguarda um retorno ao mundo comum, e que *pensar* não dispensa *julgar* os assuntos humanos.

## Referências bibliográficas

ARENDR, H. *The Origins of Totalitarianism* [OT]. New York: Harcourt, Brace & Company, 1951. Segunda edição, com um novo capítulo [“Ideology and Terror: A Novel Form of Government”], e um Epílogo [“Totalitarian Imperialism: Reflections on the Hungarian Revolution”]. New York: World Publishing Co., Meridien Books, 1958. Terceira edição, com uma nova Introdução, e sem o Epílogo acrescentado à segunda edição. New York: Harcourt, Brace & World, 1966.

21. “Todas as falácias metafísicas são as falácias dos filósofos profissionais. Entre as falácias mais importantes: confundir o *Unsinnliche* com o *Übersinnliche* (Kant), acreditar que o pensar do pensar contém tudo o que é pensável ou que é digno de ser pensado (Hegel), que o pensar, porque é uma *atividade*, é ação, etc. [Julho 1970]” (H. Arendt, *Journal de pensée*. Volume 2 mars 1954-1973. Ursula Ludz e Ingeborg Nordmann (eds.). Tradução francesa de Sylvie Courtine-Denamy. Paris: Seuil, 2005, pp. 977-978.

22. H. Arendt, *Responsability and Judgment*, pp. 105-106. Ver também H. Arendt, “Pensée et Action. Discussion télévisée avec des amis et des collègues à Toronto (du 3 au 6 décembre 1972)”, in “*Édifier un Monde*” - *Interventions 1971-1975*. Dominique Séglaard (ed.). Paris: Seuil, 2007, pp. 85-90.

23. A distinção que Kant faz entre *Vernunft* e *Verstand* (Arendt prefere traduzir *Verstand* por intelecto, “intellect”, e não por entendimento, “understanding”) é crucial para a desconstrução fenomenológica do pensar em *The Life of the Mind* (ver aqui a Introdução a *Thinking*, pp. 13-16, 57-58). Ver Eric Weil, “Penser et Connaître, la Foi et la Chose-en-soi” (1963), in *Problèmes Kantiens*. Paris: Vrin, 1970 (segunda edição, revista e aumentada), pp. 13-55, e a referência a este belo e importante texto de Weil, na nota 83 da última seção do Capítulo 1 de *Thinking* (LM1, p. 222).

24. Ver LM1, p. 192.



- \_\_\_\_\_. “Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought” [1953], *Social Research*, Vol. 69, N. 2 (2002), pp. 273-319.
- \_\_\_\_\_. “Tradition and the Modern Age” [1954], in *Between Past and Future* (1968), pp. 17-40.
- \_\_\_\_\_. “Philosophy and Politics” [1954], *Social Research*, Vol. 57, N. 1 (1990), pp. 72-103.
- \_\_\_\_\_. *The Human Condition* [HC]. Chicago: University of Chicago Press, 1958 (2ª edição, com uma Introdução de Margaret Canovan, 1998).
- \_\_\_\_\_. *Was ist Politik?* [1955-1959]. Ursula Ludz (ed.). München: Piper, 1993. Tradução francesa de Sylvie Courtine-Denamy: *Qu'est-ce que la politique?*. Paris: Seuil, 1995.
- \_\_\_\_\_. “What Is Freedom?” [1958, 1960], in *Between Past and Future* (1968), pp. 143-171.
- \_\_\_\_\_. “Labor, Work, Action” [1957, 1964]. Tradução francesa de Danielle Lories: “Travail, Oeuvre, Action”, *Études Phénoménologiques*, No. 2 (1985), pp. 3-26.
- \_\_\_\_\_. *On Revolution* [1963]. New York: Viking Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*. New York: Viking Press, 1968 (2ª edição).
- \_\_\_\_\_. “Thinking and Moral Considerations” [1971], in *Responsibility and Judgment* (2003), pp. 159-189.
- \_\_\_\_\_. *The Life of the Mind*. Volume 1: *Thinking* [LM1], Volume 2: *Willing* [LM2]. Mary McCarthy (ed.). New York: Harcourt, Inc., 1978 [1977].
- \_\_\_\_\_. *Lectures on Kant's Political Philosophy*. Ronald Beiner (ed.). Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Responsibility and Judgment*. Jerome Kohn (ed.). New York: Schocken Books, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Journal de pensée*. Volume 2 mars 1954-1973. Ursula Ludz e Ingeborg Nordmann (eds.). Tradução francesa de Sylvie Courtine-Denamy. Paris: Seuil, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Pensée et action. Discussion télévisée avec des amis et des collègues à Toronto (du 3 au 6 décembre 1972)”, in “*Édifier un Monde*” - *Interventions 1971-1975*. Dominique Ségler (ed.) [Tradução francesa de Mira Köller e Dominique Ségler]. Paris: Seuil, 2007, pp. 83-130.
- Politique et pensée*. Colloque Hannah Arendt (1988). Paris: Payot, 1997.
- TAMINIAUX, J. *La fille de Thrace et le penseur professionnel. Arendt et Heidegger*. Paris: Payot, 1992.
- TASSIN, E. “La question de l'apparence”, in *Politique et pensée*. Colloque Hannah Arendt (1988). Paris: Payot, 1997, pp. 67-91.
- WEIL, E. “Penser et Connaître, la Foi et la Chose-en-soi” (1963), in *Problèmes Kantiens*. Paris: Vrin, 1970 (segunda edição, revista e aumentada), pp. 13-55.